



Vida Religiosa Consagrada: configurações contemporâneas dos Direitos Humanos e cidadania LGBT

Marco Antonio Torres
marcoatorres@ichs.ufop.br

Resumo: O presente artigo faz uma análise das configurações sociais da vida religiosa consagrada da Igreja Católica por meio das questões colocadas pelas demandas de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) na contemporaneidade. Considerando a permeabilidade nas configurações sociais o artigo analisa como as articulações das demandas LGBT com o mundo contemporâneo produziram uma crescente tensão na Igreja Católica. Por fim aponta como essas tensões longe de qualquer possibilidade de resolução tornam mais complexas as configurações da Igreja Católica na contemporaneidade.

Palavras-chave: Igreja Católica, LGBT.

1. Caracterização dos grupos católicos de vida religiosa consagrada

Inicialmente faremos uma caracterização para compreendermos o lugar da Vida Religiosa Consagrada (daqui por diante, VRC) na Igreja

Católica (daqui por diante, IC) e sua diferenciação de outros modos de vida nesse contexto eclesial. Em seguida analisaremos como esse grupo passou a articular noções da contemporaneidade acerca direitos humanos e cidadania LGBT, apontando como essa articulação se dá tanto na depreciação como na integração precária, e por vezes clandestina, desses sujeitos nas comunidades de VRC.

A VRC refere-se a grupos católicos regidos por regras, constituições, tradições, entre outras formas de normatizações, a partir de seus ideários ligados essencialmente ao cristianismo. Esses grupos seguem uma disciplina específica a partir dos votos de castidade, pobreza e obediência, conhecidos como conselhos evangélicos baseados no mito fundador cristão. Geralmente residem em comunidades denominadas conventos, casas religiosas, comunidades, etc. No Brasil são popularmente conhecidos como padres, freiras, frades, irmãos, irmãs de caridade entre outras denominações. Esses grupos seguem diferentes ideários relacionados a seus líderes fundadores, nomeadamente, entre os mais conhecidos, podemos citar: franciscanos, franciscanas, jesuítas, salesianos, salesianas, carmelitas, etc. Organizam-se sob uma disciplina específica.

Existem pessoas classificadas como leigos/as que podem seguir os ideários de algum grupo de VRC, como a Ordem Terceira de São Francisco (ou Ordem Franciscana Secular), porém vivem com suas famílias e não estão submetidos à disciplina da VRC, ou seja, residir numa comunidade sob a obediência de um superior, entre outras questões. A denominação leiga também serve para os demais membros da IC em geral. Existem outras formas de vida na IC, como os padres diocesanos, esses ligados a um bispo diocesano e não a um grupo de VRC. O quadro abaixo informa os números desses grupos a partir do levantamento do *Anuário Católico do Brasil* (2010).

Vida Religiosa Consagrada no Brasil			Padres Diocesanos no Brasil
Freiras	Frades ou irmãos	Padres Religiosos	
33.333 74,05% em relação a VRC	3.910 08,69% em relação a VRC	7.756 17,23%, em relação a VRC)	12.805

Fonte: Anuário Católico do Brasil (2010)

O número de membros da VRC no Brasil é de 44.999 membros, sendo a maioria mulheres, porém levando-se em conta o acesso bastante limitado das mulheres aos cargos de comando da IC e a reafirmação dessa tendência no longo pontificado de João Paulo II (TORRES, 2005) não devemos tomar a proporção como indicadora de um maior poder das mulheres, pois os cargos de comando são majoritariamente reservados aos homens. Esses são os únicos que podem se tornar padres e bispos para realização das funções mais importantes na comunidade (por exemplo, presidir missas) que os fazem monopolizar o poder na IC.

2. Localização de nossas análises

Nossas análises partem de pesquisas desenvolvidas no mestrado, concluído em 2005 (TORRES, 2005), e dos nossos trabalhos realizados junto a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB)¹ nos anos de 2002 a 2007, parte dos quais foram elaborados em diferentes momentos (TORRES, 2005; 2008). Foi importante para essa reflexão uma ampla

¹ A CRB ela possui canonicamente função semelhante à Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB), buscando animar e orientar os grupos religiosos.

pesquisa promovida pela CRB, entre 2006-2007, sobre os grupos de VRC no Brasil por meio de questionários. Atuamos em todas as fases dessa pesquisa e já publicamos parte das análises que nos couberam como consultor da CRB (TORRES, 2008). Atualmente a CRB representa na IC no Brasil todos/as membros da VRC. Outra fonte importante de informações e análises foi o conjunto de oficinas, além da docência (Filosofia e Teologia) para a VRC em Belo Horizonte/MG durante os anos de 2005-2009. Trabalhamos nesse período tanto para formação inicial como permanente. Por fim, também contribui nessa análise a nossa presença na VRC há 20 anos em Minas Gerais, o acesso a informações e códigos diversos pode ter um importante significado. Essa descrição procura entender e nomear os envolvimento e distanciamentos entre pesquisador e objeto, sem pretensões desnecessárias de neutralidade, mas exigências de posições analíticas mais situadas. Para isso situamos um pouco do contexto histórico em que analisamos essa questão.

Desde as últimas décadas do século XX ocorreram transformações no âmbito interno da IC em relação ao lugar das mulheres e à sexualidade, entre outras questões. Esse quadro de transformações e o incremento do diálogo dos domínios da religião e do contexto sócio-político tiveram seu ápice com o Concílio Vaticano II (1962-1965). Maria Luíza Heilborn (1999) faz uma excelente análise do contexto da esfera civil coetâneo ao Concílio Vaticano II. Na década de sessenta houve grande discussão sobre métodos contraceptivos hormonais, seguida nos anos oitenta pelo advento da Aids. Segundo a autora, esses foram alguns fatores que deram certa legitimidade às investigações no campo da sexualidade, permitindo até mesmo a dissociação entre sexo e reprodução biológica da espécie. O indivíduo contemporâneo passava a ser compreendido como um sujeito político, com centralidade nas experiências de gênero e sexualidade.

Essa centralidade é uma das questões fundamentais para entendermos a importância do direito das mulheres e da população LGBT na atualidade.

Essas configurações sociais acerca da sexualidade tornaram mais complexas as relações dentro da VRC, pois as gerações atuais ingressam em faixas etárias acima dos 18, ou até mesmo com mais de 40 anos nos quadros da Instituição. Com isso trazem uma subjetividade marcada por uma compreensão da sexualidade diferente daqueles que ingressaram na VRC aos 12 e 13 anos, como foi comum para muitos/as religiosos/as, ou seja, membros da VRC que ainda convivem com essas gerações atuais.

O conceito de figuração ou configuração em Norbert Elias (1970) pode ser tomado na análise dos posicionamentos identitários da VRC e da IC nas teias de interdependências do contexto onde discursos religiosos e noções de direitos humanos e cidadania LGBT disputam significados. Das configurações sociais onde a sexualidade tem sido constantemente disputada participam também os grupos religiosos em geral. Como debates sobre LGBT entram em diversas pautas da mídia, geram um debate político e questionam as bases de todas as instituições. Dessas configurações, as verdades sobre sexualidade defendidas pela IC não saem ilesas, fazem parte de um debate redimensionado pelas denúncias de padres pedófilos em várias localidades do mundo, entre outros desvios de conduta dos padres religiosos e diocesanos (TORRES, 2005).

No Brasil, setores da IC alinhados à Teologia da Libertação se confrontaram com movimentos religiosos católicos tradicionais, ao mesmo tempo em que se verificava um aumento quantitativo das igrejas evangélicas pelo país (NOVAES, 2001; PAIVA, 2003). O ápice da citada corrente teológica aconteceu no Brasil no período de 1970 a

1980, com o apelo da “opção preferencial pelos pobres” e com uma maior abertura às questões sociais, ainda que pouco se pautasse a especificidade do preconceito e da violência contra LGBT. Já a década de 1990 representou o momento de fortificação do poder dos bispos, o avanço de movimentos religiosos contrários à Teologia da Libertação (NOVAES, 2001; PAIVA, 2003) e um recrudescimento de posições mais conservadoras, contrárias aos debates das questões LGBT. Nestes contextos de disputas e o ingresso de sujeitos marcados pelos debates mais questionadores do modelo sexual hetero a VRC acrisolou-se, entrou em um processo de repensar-se nas estruturas eclesiais e sociais. Uma alta demanda por oficinas que discutissem as questões da sexualidade predominou na CRB (regional de Minas Gerais) e em vários outros. As tensões apareceram em documentos de bispos questionando a presença de padres e religiosos/as homossexuais e nas posições contrárias a esses documentos através de elaborações teológicas e pastorais (ALISON, 2010; EMPEREUR, 2006; ROTTER, 2003).

Podemos dizer com Elias que esses sujeitos, bispos, religiosos/as, entre outros sujeitos que habitam a VRC e a IC, “querem e fazem certas coisas, e, no entanto, sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular” (ELIAS, 1994, p. 13). Nessa configuração social da VRC emergia nas oficinas anteriormente citadas a temática *afetividade* e da *sexualidade*.

Tanto entre novatos/as como entre os veteranos/as da VRC, o aparecimento de questões indicavam uma recusa em somente aceitar as posições diretivas das orientações *oficiais* da IC sobre sexualidade. Vejamos algumas dessas questões: “homossexualismo é doença?”, “os homossexuais são mais promíscuos, fofoqueiros?”, “existem

freiras lésbicas?”, etc. Essas questões revelam o quanto às questões da sexualidade penetrava na VRC, inclusive com posições extremamente liberais em relação a isso. Mesmo com o recrudescimento de posições do papado em relação ao ingresso de *homossexuais* na VRC (TORRES, 2005), os debates indicavam que alguns grupos conviviam com gays e lésbicas, como membros da VRC, sem maiores problemas. A afirmação desses grupos era de que a disciplina devia funcionar tanto para heterossexuais como para homossexuais. A maioria recusava a questão da patologização e ficava em dúvida em relação à promiscuidade. Geralmente os indivíduos que se posicionavam desse modo sempre se confrontavam com outros argumentos vindos de grupos orientados pela espiritualidade da renovação carismática, mais próximos às posições *oficiais* da IC. Essa posição oficial está sempre a mercê de interpretações e é confusa, como fica claro numa máxima usada na IC: Deus aceita os homossexuais, mas condena a homossexualidade. Para muitos indivíduos isso levava a suportar um celibato obrigatório a todos/as LGBT, jocosamente alguns participantes das oficinas diziam: “por isso todos os gays católicos poderiam ser da VRC, a princípio não podem fazer sexo mesmo”. Isso sempre levantava um grande dissenso e adeptos de movimentos mais alinhados à condenação aos LGBT se colocavam mais incisivamente, enquanto os demais tinham posições ambíguas ou angustiadas. Em geral, raramente alguém fazia uma defesa pública, nas oficinas, dos LGBT, o que acontecia em pequenos grupos e nos intervalos, enfim nos espaços informais de debate. Isso assinala essa tendência ao silêncio e/ou à clandestinidade dos LGBT na VRC e na IC.

Estes movimentos sob a orientação da renovação carismática, com forte orientação pentecostal e grande influência midiática são pouco aceitos nos domínios da VRC, onde a Teologia da Libertação teve

maior entrada, ao menos no Brasil e América Latina. Mesmo proibidos em muitas paróquias, esses novos movimentos religiosos católicos, como a Renovação Carismática Católica, têm prosperado com um forte discurso moralizante e reafirmando valores como a virgindade (entendas-se, sexo apenas no casamento), grande valorização dos rituais, a volta de exorcismos, pregação da noção de pecado, etc. (VALLE, 2004). Em sua maioria, esses movimentos se declaram abertamente contra qualquer direito da população LGBT e têm mostrado uma organização e crescimento maiores que a VRC (CERIS, 2010), em grave crise em seus quadros. Contudo, a crítica social e as reflexões da Teologia da Libertação permaneceram um marco referencial ao lado de outros modelos teológicos (BOFF, 2005). Nesse cenário, o autor do presente artigo, também membro da VRC, esteve próximo aos setores de uma IC preocupada com a participação social, com a organização das Comunidades Eclesiais de Base, com os movimentos em defesa do meio ambiente, entre outras questões que foram pautadas pela Teologia da Libertação.

3. Demandas LGBT como desafio para VRC

A articulação social e histórica dos direitos LGBT tem causado muitas tensões dentro e fora da IC e da VRC. Esses direitos se referem à possibilidade de expressão da identidade de gênero e da orientação sexual pelos sujeitos sem sofrerem homofobia.

COMPREENDENDO “orientação sexual” como estando referida à capacidade de cada pessoa de experimentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como de ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas; ENTENDENDO “identidade de gênero” como estando referida à experiência interna, individual e profundamente sentida que cada pessoa tem em relação ao gênero, que po-

de, ou não, corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo-se aí o sentimento pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive o modo de vestir-se, o modo de falar e maneirismos (CORRÊA & MUNTARBHORN, 2006, p. 09).

A homofobia se refere à produção da cultura e dos saberes ocidentais que aparece na discriminação afetiva, intelectual e política por lógicas heterossexistas (BORRILLO, 2010). Consideramos como esses fatores alteraram os processos identitários de homens e mulheres, especificamente sua pertença a um modelo sexual machista e homofóbico que coloca historicamente em posição de submissão as mulheres e os não heterossexuais, respectivamente. Como essas transformações afetam a VRC? Como elas são debatidas dentro das comunidades religiosas? Algumas suposições já foram mencionadas anteriormente e referem-se a uma subjetividade que, em geral, coloca em questão as regulamentações oficiais e/ou passa a tratar/viver na clandestinidade os dissensos postos pela sexualidade LGBT.

Na esfera do político, a dignidade da pessoa humana, os direitos humanos e a defesa da cidadania foram, desde meados do século XX, bandeiras da VRC e da IC, haja vista a presença do termo cidadão nos documentos oficiais da Igreja (TORRES, 2005; 2005b). Todavia isso ficou tenso quando esses direitos estenderam-se a população LGBT, em um contexto que pressupunha o alargamento dos direitos de cidadania, pois se passou a elaborar nos espaços sociais a cidadania das crianças, dos negros, das mulheres, da população LGBT, etc. Assim surge um conjunto de demandas que caracterizam o que denominamos cidadania LGBT, subvertendo discursos de condenação e

hostilidade aos não heterossexuais. Essas demandas inclusive subvertem discursos biomédicos.

O *homossexualismo* deixou de ser considerado doença mental desde a revisão e publicação da 10ª edição da Classificação Internacional de Doenças – CID 10, conjuntamente com a Organização Mundial de Saúde (OMS), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), no início da década de 1990. No Brasil, o Conselho Federal de Medicina, desde 1985, deixou de considerar o *homossexualismo* como desvio sexual; e o Conselho Federal de Psicologia promulgou, em 1999, uma resolução repudiando a ação de profissionais da Psicologia que, assessorando igrejas pentecostais, defendiam a “cura” de homossexuais. Neste contexto a IC, em seus documentos oficiais, se limitou apenas a manter a tolerância, considerando a homossexualidade numa ambigüidade que vai do desordenamento moral à patologia.

É importante percebermos que essa tolerância não significa aceitação ou legitimidade da cidadania LGBT, ou seja, o reconhecimento da identidade de gênero e da orientação sexual como diversas. Assim, consideramos que os direitos da população LGBT, entre outros, foram ganhando espaço entre os membros da VRC na medida em que os grupos religiosos foram participando das lutas por justiça e liberdade nos processos sociais, ainda que de maneira nem sempre explicitada (TORRES, 2005b). Em várias publicações essa articulação aparece de forma patente, inclusive com teólogos defendendo a possibilidade de casamento entre pessoas do mesmo sexo (ROTTER, 2003), elaborando assim considerações divergentes das emitidas sobre homossexuais pelas autoridades eclesiásticas (LEERS & TRANSFERETTI, 2002; JUNG, 2005), pensando a homossexualidade como um dom de Deus (EMPEREUR, 2006; ALISON, 2010), etc.

Reafirmamos que essas posições aparecem na literatura pastoral e teológica, como também no cotidiano de diversos sujeitos da VRC. Em várias entrevistas de nossas pesquisas aparecia a necessidade de uma vida clandestina para os padres gays da VRC, ainda que compartilhassem com grande parte dos membros de seus grupos religiosos sua orientação sexual (TORRES, 2005). Todavia, há no Brasil posições diferentes, como a do teólogo católico James Alison (2010), assumidamente gay. Essas referências aparecem nas leituras e debates das oficinas e cursos da VRC das quais participamos em Belo Horizonte, com grande frequência, indicando configurações sociais ligadas ao momento de crises nos quadros da VRC, pois a colocam em choque com posições das autoridades e tendências religiosas alinhadas ao papado. São posições e questões semelhantes a questões que encontramos nos trabalhos da CRB em outros estados do país.

Esse quadro tem gerado uma postura na VRC bem mais persecutória em relação a quem se apresente como gay ou lésbica nos períodos iniciais da formação, sendo que em vários contextos chegasse a promover investigações para descobrir essas pessoas e dispensá-las dos institutos de VRC. Um dado curioso é que na maior parte do século XX a esfera civil (sexologistas, psicólogos e psicólogas) usou a doutrina da Igreja Católica, especificamente a tolerância no discurso católico, “para argumentar que eram necessárias atitudes sociais mais ‘tolerantes’ para com os indivíduos depravados” (GREEN, 2000, p. 456), ou seja, os homossexuais. Porém num outro momento do discurso católico, especialmente nos anos 1980 e 1990, se fortaleceram as posições tradicionais da Igreja Católica, associadas a algumas crenças fundamentalistas protestantes, numa união de deputados evangélicos e outros políticos que continuaram a bloquear no Congresso Nacional as parcerias civis entre pessoas do mesmo

sexo (GREEN, 2000, p. 456-457). Esse é um momento de forte declínio da VRC em comparação com os movimentos católicos de matriz pentecostal, esses últimos unidos a grupos políticos também contrários à cidadania LGBT.

Se considerarmos que as identidades coletivas constituem um modo de ação dos grupos sociais – católicos e políticos de várias crenças, entre outros – que combatem o avanço da cidadania LGBT, podemos falar então em uma identidade coletiva anti-homossexual. Essa tem sido cada vez mais ostensiva nos domínios da VRC, ainda que pareça existir um aumento de gays e lésbicas nesses domínios. Evidentemente que não é possível qualquer estatística nessa área, ainda que posições e métodos equivocados se proponham a fazê-la.

4. Ponderações finais.

A IC e a VRC, mesmo não sendo democracias fazem parte do processo social democrático. Quando elas se referem à justiça, criam condições favoráveis à articulação dos princípios de igualdade e liberdade em determinados momentos do discurso católico, princípios que vêm sendo constituídos nos contextos democráticos onde a IC se encontra, seja através da VRC ou de outros grupos religiosos. Evidentemente o gradiente possível dessa articulação cresce na medida em que ocorre uma abertura à diferença, exercício que, em certa medida, a Teologia da Libertação conseguiu realizar. Ainda que não tenha debatido a questão LGBT, ao trazer o debate sobre questões sobre a justiça, a liberdade e a cidadania, a Teologia da Libertação contribui para a construção de um debate da sexualidade que pode ter se desdobrado em diversas outras questões, por exemplo, a cidadania e os direitos humanos de todos, inclusive LGBT.

Muitos grupos religiosos (masculinos e femininos) irmanados numa reflexão contemporânea entenderam ser possível a presença de *peças homossexuais*² na VRC e explicitaram durante algum tempo essa posição. O mesmo aconteceu com os seminários diocesanos e outros grupos religiosos. No entanto, isso não se dá de maneira tranqüila e em alguns lugares tudo permaneceu no silêncio (COZZENS, 2004), impedindo um melhor desenvolvimento da questão acerca dos homossexuais e das lésbicas, tendo em vista que a bissexualidade, a travestilidade e transexualidade não sejam pautadas na VRC. Neste contexto, houve um recrudescimento de posições mais alinhadas aos bispos, em detrimento do ponto em que a discussão se encontrava em alguns setores da VRC. A resposta sobre a aceitação de homossexuais (lésbicas e gays) nos quadros da IC passou a ser questionada publicamente e o discurso da VRC sobre a cidadania LGBT ganhou mais ambigüidade que de costume. Essa ambigüidade do discurso está entre a negação pública da aceitação de gays e lésbicas e a opção pela clandestinidade confessada desses sujeitos entre os muros da VRC. Além do mais, a fantasia persistente de uma sexualidade mais vigorosa e incontida, adjetivada de promíscua, da população LGBT paira sobre o imaginário social e da VRC. Essas questões, elaboradas a partir dos trabalhos na CRB de Minas Gerais, parecem pertinentes no contexto eclesial brasileiro, principalmente quando se remete a discussão às bibliografias de nossas pesquisas (TORRES, 2005; 2009; JUNG & COREY, 2006).

Seria justamente nesse campo de tensões e de articulações com o mundo contemporâneo que poderíamos entender melhor o cará-

² Reiteramos que o uso do termo homossexual se faz por ser utilizado pela IC e na VRC predominantemente, porém utilizamos não heterossexuais ou LGBT de acordo com o contexto da elaboração.

ter provisório tanto das assimilações da VRC em relação à população LGBT quanto do endurecimento explícito da disciplina imposta pelas autoridades em relação à sexualidade de religiosos/as.

Referências Bibliográficas

ALISON, James. *Fé além do Ressentimento*. Fragmentos católicos em voz gay. Tradução de Mauricio G. Richi. São Paulo: Ed. É Realizações, 2010.

ALMEIDA, Dalton B. “Radicalmente livres e fiéis em Cristo?” In: ALMEIDA, Dalton B. (et. al.). *A vida religiosa enquanto instituição*. Leitura psicológica. São Paulo: Loyola, 1999.

BOFF, Leonardo. *Igreja: Carisma e Poder*. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 1981/2005.

BORRILLO, D. *Homofobia*. História e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2000/2010.

BURITY, J. A. “Religião e Política na Fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica”. In: *REVER: Revista de Estudos da Religião*. São Paulo: PUC-SP, n. 04, 2001. Disponível em: <www.pucsp.br/rever>.

CERIS & CNBB. “Quadros estatísticos”. In: *Anuário Católico do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais: Conferência dos Bispos do Brasil, 2010.

CORRÊA, S. O. & MUNTARBHORN, V. (org.). *Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero*.

ro. Yogyakarta / Indonésia, 2006. Disponível em: <http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 12 de novembro de 2007.

COZZENS, Donald B. *Silêncio Sagrado*. Negação e Crise na Igreja. São Paulo: Loyola, 2002/2004.

ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Tradução de Maria Luisa Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1970.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Revisão e apresentação Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987/1994.

EMPEREUR, James L. *Direção Espiritual e homossexualidade*. São Paulo: Loyola, 2006.

GREEN, James N. *Além do Carnaval*. A Homossexualidade Masculina no Brasil do Século XX. Tradução de Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: UNESP, 2000.

HEILBORN, Maria L. (org.) *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

JUNG, Patrícia Beattie & COREY, Joseph A. (org.) *Diversidade Sexual e Catolicismo*. Para o desenvolvimento da Teologia Moral. São Paulo: Loyola, 2005.

LEERS, Bernardino & TRANSFERETTI, José. *Homossexuais e a Ética Cristã*. Campinas: Editora Átomo, 2002.

NOVAES, Regina R. “A divina política. Notas sobre as relações delicadas entre religião e política”. In: *Revista USP*. São Paulo: USP, v. 49, n. 1, março/maio de 2001. pp. 60-81.

PAIVA, Angela R. *Católico, Protestante, Cidadão*. Uma comparação entre Brasil e Estados Unidos. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: UFMG/ IUPERJ, 2003.

ROTTER, Hans. “El reconocimiento jurídico de las parejas homosexuales”. In: *Selecciones de Teología*. Barcelona: Facultad Teología San Francisco de Borja, v. 42, n. 168, octubre/diciembre de 2003. pp. 337-342.

TORRES, M. A. “Novas Configurações identitárias entre a Vida Religiosa Consagrada e o Contexto Sociorreligioso”. In: *Convergência*. Rio de Janeiro: CRB, v. 409, 2008, pp. 65-200.

TORRES, M. A. “Antagonismos entre o magistério católico e as conquistas de mulheres católicas a partir da teoria do discurso”. In: *Revista Mal-Estar e Subjetividade*. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, v. 5, 2005. pp. 145-160.

_____. “Cidadania e Vida Religiosa Consagrada”. In: WILLIAM, César Castilho. (org.). *Análise institucional na vida consagrada*. Belo Horizonte: O Lutador, 2005. pp. 171-187.

_____. *Os significados da homossexualidade no discurso da igreja católica romana pós-concílio vaticano II: padres homossexuais, tolerância e formação hegemônica católica*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Belo Horizonte: UFMG, 2005.

VALLE, Edênio. “A Renovação Carismática Católica: algumas observações”. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: USP, v. 18, n. 52, 2004.

Abstract: This article analyzes the social configurations of Catholic

religious life consecrated through the issues raised by the demands of lesbian, gay, bisexual and transgender (LGBT) nowadays. Whereas the permeability in the social setting the article analyzes how the joints of the LGBT demands with the contemporary world have produced a growing tension in the Catholic Church. Finally shows how these tensions away from any possibility of resolution become more complex settings of the Catholic Church in contemporary.

Keywords: Catholic Church, LGBT.

Marco Antonio Torres é mestre e doutorando em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde colabora como pesquisador com os Núcleos de Psicologia Política e de Direitos Humanos e Cidadania LGBT. É membro associado da Província dos Capuchinhos de Minas Gerais e professor adjunto do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

